

Cidade e territórios sociais afro-religiosos: povos de terreiros em face da urbanização na zona Norte de Teresina – PI, o caso Praça dos Orixás

City and Afro-religious social territories: people of terreiros facing urbanization in the North zone of Teresina – PI, the case of Praça dos Orixás

Victor Israel Sousa e Silva

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Anna Karina Borges de Alencar

Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Professora adjunta do Departamento de Construção Civil e Arquitetura (DCCA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Resumo

O artigo desenvolve reflexões acerca da cultura religiosa afro-teresinense e o valor da memória na composição identitária, social e territorial dos povos de terreiros da zona Norte de Teresina – PI. No contexto de reconfiguração da paisagem urbana através de obras de melhoramento urbano, a pesquisa questiona, amparada em referencial teórico sobre os temas, as etapas de produção, manutenção e transmissão da memória, sugerindo atenção às ferramentas de apagamento das leituras socioespaciais das comunidades afro-religiosas na formação da “história oficial” da capital piauiense. À vista disso, o material versa das origens dos cultos afro-brasileiros na cidade, elaborando raciocínios sobre a instituição de territórios sociais de religiosidade umbandista e candomblecista, seu papel na conformação da paisagem urbana e a incidência

de programas de urbanização sob esses espaços, tomando a Praça dos Orixás como referência.

Palavras-chave: Povos de terreiros da zona Norte de Teresina; Cultura religiosa afro-brasileira; Territórios Sociais; Paisagem Urbana; Urbanização.

Abstract

The article develops reflections on the Afro-Teresina religious culture and the value of memory in the identity, social and territorial composition of the peoples of terreiros in the North Zone of Teresina - PI. In the context of reconfiguration of the urban landscape through urban improvement works, the research questions, supported by a theoretical references on the themes, the stages of production, maintenance and transmission of memory, suggesting attention to the tools of erasure of the socio-spatial readings of Afro-religious communities in the formation of the "official history" of the capital of Piauí. In view of this, the material deals with the origins of Afro-Brazilian cults in the city, elaborating reasonings on the institution of social territories of Umbanda and Candomblé religiosity, their role in the conformation of the urban landscape and the incidence of urbanization programs in these spaces, taking Praça dos Orixás as a reference.

Keywords: Peoples of terreiros in the northern zone of Teresina; Afro-Brazilian religious culture; Social Territories; Urban Landscape; Urbanization.

1. Introdução:

Memória, Raça e Gênero, o princípio e o destino

Enquanto um dos principais alicerces de um corpo social, a memória desempenha papel essencial na instituição do percurso que uma comunidade irá trilhar, a manutenção da história de um povo e/ou de um lugar rege a constituição de sua malha coletiva que, com suas heranças, tradições e identidades culturais, fortalece as raízes que sustentam seu tronco e, mais ainda, abre caminho para a sua evolução. Fundamenta-se aí a necessidade de ser mantida, organizada, transmitida e celebrada.

A história estabelecida em um lugar é documentada e materializada segundo suas construções e processos de organização espacial (SILVA, 2023). Entendendo o movimento do tempo e história como um organismo que se retroalimenta a partir da dinâmica em que convenções atuais decorrem de práticas remotas,

e antigas condutas respaldam e são entendidas a partir das realidades hodiernas, o desconhecimento do passado ou do presente fornecem entendimentos equivocados no curso da memória (LE GOFF, 1992). Assim, para o desenvolvimento das narrativas aqui apresentadas, faz-se crucial a sabedoria dos processos de elaboração, revisão e manipulação costurados à produção da história.

A tessitura da memória “oficial” sempre esteve vinculada às ordens das classes hegemônicas. Não por acaso, se munidos de um olhar mais crítico, é possível compreender que, em contraponto ao homem branco e livre, as populações negras sempre estiveram vinculadas ao estereótipo racial do escravizado. No decurso da modernização das cidades brasileiras, essas concepções foram permitindo a continuidade desse pensamento.

O espaço urbano, sobretudo na contemporaneidade, é materializado por recursos de evidência e ocultamento da história, elaborados a partir dos grupos dominantes e o que lhes interessavam evidenciar nas etapas de construção da urbe. Assim, além de refletir as dinâmicas sociais e raciais que se concretizam na cidade, esses marcadores funcionam como também condicionantes dessas relações, sendo necessário repensar o solo urbano, seus interventores e quais perspectivas de espacialidade e temporalidades se uniram na sua formação, longe de prisões do intelecto que omitem as resistências (SILVA, 2023).

Nesse sentido, ao depreender que a história oficial invisibilizou leituras espaciais, temporais e sociais de grupos *minorizados*, aqui representados na imagem dos povos tradicionais e suas formas de vida, de organização comunitária e práticas construtivas, o que se pode assimilar, baseado nos argumentos inferidos acima, é que a produção da memória pelas classes dominantes consegue funcionar como armadilha cognitiva. Uma vez que os registros são formas de permanência e/ou criação da memória, vale considerar o senso crítico ao julgar quem os produziram e a quem interessava os produzir dessa maneira.

No Brasil, a construção dos bairros se deu a partir de determinações culturais, econômicas e geográficas, constituindo local de apartamento das classes sob critérios socioeconômicos e da desintegração estrutural da superfície citadina. Isto posto, os espaços urbanos podem ser entendidos como “as manifestações espacialmente marcadas da marginalização de raça, gênero e classe” (PERRY, 2012 apud SILVA, 2023, p.171).

Considerando a história de formação do Brasil enquanto nação, é notório o papel da terra enquanto ativo econômico, cuja função baseia toda e qualquer atividade produtiva. Nesse viés, a cronografia da sua ocupação aponta para a existência de limitações no que concerne o acesso a essa terra e, consequentemente, à propriedade imobiliária, por grupos de baixa representação política – nesse caso, a população negra – com processos restritivos que remontam à promulgação da Lei nº 601 de 1850, conhecida como a Lei de Terras (RIBEIRO, 2020 apud SILVA, 2023). Ao período, e frente a esta realidade, os quilombos brasileiros levantaram-se como estratégia socioespacial de resistência intrínseca à conjuntura colonialista escravocrata, traduzida essencialmente na imagem do engenho e seus senhores. Porventura se formam, ainda e a priori, na região Nordeste do Brasil (PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

Em dado panorama, a esses povos fez-se necessária a assimilação de estratégias de permanência das práticas culturais de suas matrizes, assim, sua fé e suas maneiras de organização espacial foram disfarçadas propositalmente. Apesar disso, as contribuições herdadas das comunidades negras diaspóricas deixaram marcas nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira, incluso o urbanismo, ainda que, considerando os efeitos das suas formas de ocupação, essas referências:

encontram-se mais fortes na intenção, nos ideais, que na solução urbanística propriamente dita. Esta condição não reduz a importância da matriz africana na constituição do território, visto que foi alvo consecutivamente de ações institucionais que buscaram a sua supressão (PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019, p. 17).

Em conclusão, tais aportes apresentam-se refletidos no tecido urbano até a disposição de grupos de habitações, com alusões à organização nos quilombos brasileiros, nos templos de consagração da fé afro-religiosa e mesmo nas favelas. Assim sendo, torna-se indispensável entender as colaborações estabelecidas da relação entre o povo africano e o espaço da cidade, cujos métodos de territorialização, de organização e de intervenção lançam efeito à história urbana brasileira (PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

Neste artigo, observando o contínuo enfraquecimento dos territórios afro-religiosos na zona Norte (ZN) de Teresina, que passou por diversos momentos de reconfiguração de seu panorama urbano – com destaque ao último, promovido pelo Programa Lagoas do Norte (PLN) –, busca-se resgatar o processo de urbanização da região, trazendo reflexões sobre a cultura religiosa afro-teresinense e o valor da memória na instituição de territórios sociais dos povos de terreiros da região.

Para tanto, tomou-se a análise histórica do panorama socioterritorial sob os efeitos da religiosidade afro-teresinense¹, que emerge enquanto elemento essencial na justificativa do tema em desenvolvimento, uma vez que, além de estabelecer territorialidades, também cumpre papel ativo ao sugerir maneiras de apropriação da paisagem da cidade pela população. Isto posto, o artigo se subdivide em dois eixos de argumentação temática, ora discutindo sobre os interesses envolvidos nos meios de produção, manutenção e revisão da memória, ora refletindo acerca da afro-religiosidade em Teresina: surgimento, evolução, instituição de espaços sagrados e desmonte institucional amparado em práticas urbanísticas com forte ênfase no higienismo social.

Dessa forma, o material visa contribuir em reflexão crítica a respeito da compreensão dos territórios de religiosidade afro-teresinense, focando na relevância da manutenção, valorização e permanência deste marcador identitário essencial às práticas socioculturais e no impacto da desterritorialização proposta em intervenções urbanísticas, exemplificado pelo Programa Lagoas do Norte e efetivado na Praça dos Orixás, na zona Norte de Teresina.

Território social e paisagem urbana: a paisagem sagrada das cidades

O território, além de sítio físico que sustenta as relações humanas, surge como efeito das trocas ali estabelecidas, produzido como elemento vivo e mutável relacionado às necessidades e aos desafios das comunidades instaladas. Nessa perspectiva, a produção dos territórios sociais, amparado em uma abordagem holística e antropológica, é um fenômeno que, para além do crivo espacial e geográfico, se costura à subjetividade individual e coletiva, de um indivíduo ou de um grupo, suas relações de pertencimento e de poder com o ambiente geográfico, com o outro, com a sociedade e com o Estado (LITTLE, 2002).

Diferentemente de espaço, entendido como o valor ajuizado pela sociedade ou um grupo social específico a dado local, e de configuração territorial, cuja ideia

¹ O termo religiosidade “afro-teresinense” foi utilizado durante o desenvolvimento da pesquisa sobretudo porque sua tese primordial abarca as religiões de matrizes africanas territorializadas na cidade de Teresina, em especial na zona Norte. Sendo assim, julgou-se pertinente adequar o termo para esse contexto mais específico, visto que, como colocado anteriormente, nem todas as expressões de fé afro-brasileiras serão contempladas nas discussões, ainda que suas referências se façam presentes.

remonta à caracterização física de uma área a partir do agrupamento de elementos naturais e artificiais (SANTOS M., 2006), o conceito de paisagem urbana pode ser compreendido como o território disposto:

[...] por um conjunto de objetos reais e concretos, é transtemporal pois junta objetos passados e presentes numa construção transversal, é a composição dos objetos e das formas, é um sistema material, relativamente imutável que existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual (SANTOS, 2006 *apud* RESENDE, 2015, p. 14).

Segundo Cosgrove (1988), a paisagem urbana é interpretada enquanto um produto cultural repleto de significados que orbitam em torno das interações definidas pela sociedade e o meio físico-ambiental, também ligado às práticas de determinação do período, marcado por transformações sociais, e fruto da absorção e controle do espaço. À vista disso, a análise da apropriação dos espaços abrange não apenas a subjetividade onde pairam as escolhas individuais ou características do grupo que o utiliza, mas também as adaptações realizadas no local para atender às demandas coletivas (RESENDE, 2015).

No processo de ocupação e manipulação da paisagem urbana, a sacralização de espaços pode ser entendida como um dos primeiros métodos de modificação da superfície das cidades. Os seres humanos, ao proporem sentidos de ordem, separações e definições territoriais no decurso dos seus meios históricos de organização, foram atribuindo caráter sagrado a determinados espaços (RESENDE, 2015). Considerado o argumento, e assumindo a influência da sacralização de um sítio como elemento de atração ou de repelência, tomar-se-á como referência este primeiro fenômeno no desenvolvimento da discussão em sequência.

Os lugares sagrados, uma vez entendidos enquanto zonas de convergência de fé a partir das dinâmicas lá concretizadas, podem induzir modos de ocupação e de apropriação espacial, como a peregrinação. Essa influência, ao ser concebida em escala regional ou local, fomenta deslocamentos intraurbanos de fiéis e frequentadores de determinado templo para participação em celebrações periódicas.

A umbanda e o candomblé, expressões da religiosidade afro-brasileira, desde suas origens estiveram associadas a grupos estigmatizados da sociedade, a citar: negros, comunidades quilombolas, indígenas e populações vulneráveis. A respeito de seus surgimentos, os termos empregados na descrição dessas práticas religio-

sas não denotam consenso. Dado que essas doutrinas se desenvolveram significativamente em quase todos os estados cujas comunidades negras diaspóricas e seus descendentes estiveram presentes, as ritualísticas demonstram características e nomenclaturas próprias em cada região (PRANDI, 1998; JENSEN, 2001; BARBOSA, 2008; CARNEIRO, 2011; RESENDE, 2015; CARMO, 2017; PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

Ainda que sejam manifestações religiosas de tradição e de fundamento, a umbanda e o candomblé são crenças que não possuem livros sagrados, fato que abriu margem para diferentes escritas a respeito da aparição e do desenvolvimento dessas doutrinas em solo brasileiro. Todavia, há concordância de que um dos primeiros centros, e em muito responsável pela disseminação da afro-religiosidade no Brasil, tenha sido a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, fundada e dirigida pelo médium Zélio de Moraes na cidade de Niterói da década de 1920, sob missão incumbida pela entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas (JENSEN, 2001; BARBOSA, 2008; RESENDE, 2015).

A historiografia insurgente aponta para a origem dos cultos religiosos “afro-brasileiros” ainda nos navios que traziam os negros do continente africano para o Brasil durante o período colonial. Ao passar do tempo, como forma de resistir à supremacia dos colonos europeus, negros e indígenas do solo brasileiro foram incorporando signos da religiosidade cristã às suas tradições, manifestações e experiências religiosas, adaptando-os a seus próprios valores e sistemas simbólicos (PRANDI, 1998; JENSEN, 2001; BARBOSA, 2008; RESENDE, 2015; PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

Essa estratégia, ao indicar a “resiliência cultural” (SAHLINS, 1997) das comunidades diaspóricas, demonstra como a fé afro-brasileira foi se configurando, através do sincretismo² e do exercício da oralidade na transmissão de seus costumes e princípios doutrinários, uma forma de permanência frente as transformações exigidas pelas influências externas.

² Marshall Sahlins (1997), no contexto da globalização e capitalização das relações, indica como a cultura é dinâmica e resiliente, ao propor mecanismos de resistência capazes de reconfigurar elementos externos e ressignificá-los sob suas próprias tradições e práticas.

3. Afro-religiosidade em Teresina: “A gente faz o caminho que o velho já caminhou”³

“O espaço urbano na contemporaneidade reflete o que história escolheu registrar” (SILVA, 2023, p.133). Ao inferir que as percepções e produções da espacialidade urbana, sobretudo no Brasil, estiveram atreladas aos anseios dos grupos dominantes sob o que evidenciar e o que esconder na produção da história “oficial”, é natural ter como resultado o tecido da cidade como reflexo e condicionante das relações sociais e raciais que, instituídos a partir da socialização, criaram um espaço promotor da segregação espacial, da gentrificação e do higienismo social (SILVA, 2023).

Estabelecer laços com a ancestralidade no ato do desenvolvimento de políticas públicas é de suma importância pois representa também a compreensão da história. Em seguimento, conhecer a história implica o entendimento do homem como o ser que cria o seu tempo, norteando os saberes acerca das relações sociais instituídas, do que é preciso preservar, defender, contestar e atualizar. Por outro lado, traçar raciocínios e propor estudos acerca da evolução da afro-religiosidade em solo teresinense apresenta riscos e dificuldades pois, conforme menciona Carmo (2017, p.75), “quando tomamos por referência a presença das culturas religiosas consideradas negras, nos primórdios da cidade, os registros históricos revelam-se ainda mais tímidos, escassos, além de ideologicamente conduzidos”.

O apagamento das contribuições de povos negros à história sintetiza a relação de dominação estabelecida desde o período colonial brasileiro. A supremacia instituída pelo colono europeu reservou-os não apenas um lugar de esquecimento nos registros da memória, como também as margens sociais e urbanas da cidade sistêmica. Assim, os povos tradicionais foram construindo suas próprias maneiras de persistirem às investidas do tempo, sobretudo através do conhecimento passado oralmente.

Historicamente, a Zona Norte de Teresina apresenta como um de seus marcadores culturais e identitários a religiosidade de matrizes africanas, contabilizando um número significativo de centros de celebração da fé umbandista e candomblecista (figura 01).

³ Trecho retirado da canção “O Mais Velho”, de Gloria Bonfim, lançada no álbum “Santo e Orixá” de 2007. O verso sugere a magnitude da ancestralidade nas práticas afro-religiosas brasileiras e, aqui, saúda e abre caminho para as discussões acerca daqueles que trilharam os passos que hoje são continuados.

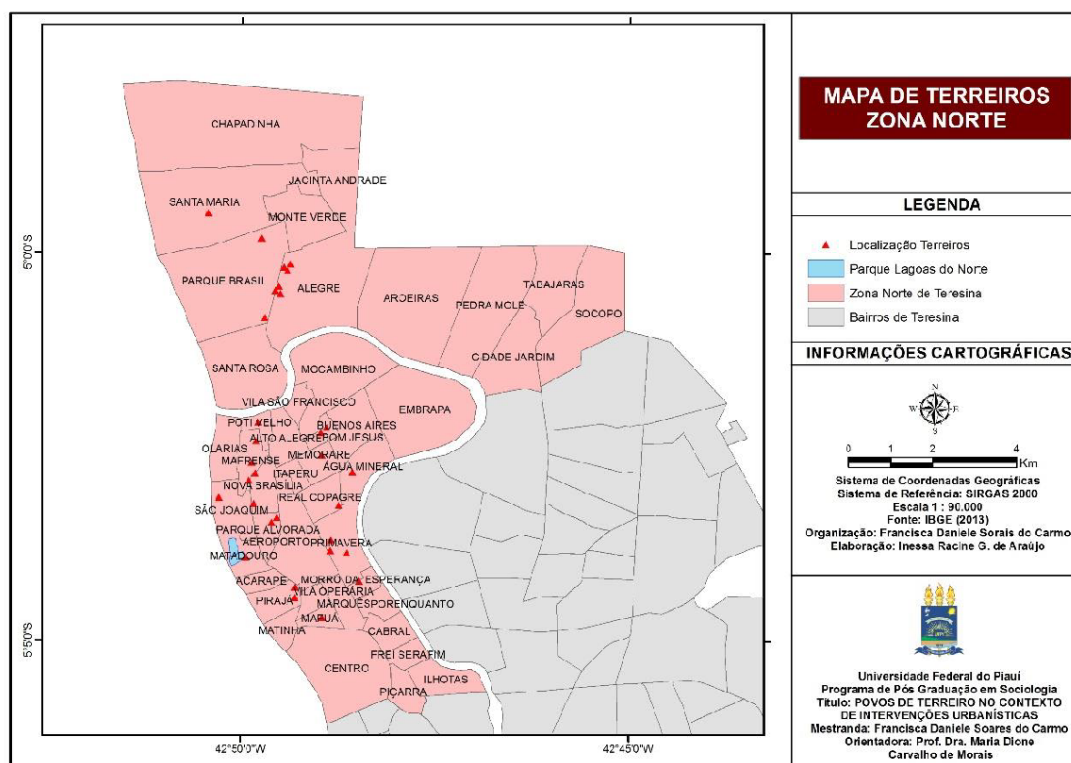


Figura 01 – Mapa etnográfico com indicação da localização de terreiros na zona Norte de Teresina. Fonte: Araújo, 2017.

O início da afro-religiosidade em Teresina aponta para a década de 1930 como marco inicial (SOUZA, R. A., 2012 apud CARMO, 2017). O surgimento do primeiro terreiro na região remonta ao período supracitado, tomando o entorno físico que abraça a área de convergência dos rios Poti e Parnaíba, ponto originário da cidade, como terreno de implantação. A Tenda Espírita Santa Bárbara, que mais tarde representaria principal referência histórica de culto religioso de matriz afro-brasileira em Teresina, é assentado em 1932 sob tutela da senhora Joana Maciel Bezerra, também conhecida como mãe Joquinha do Pontal (LIMA, 2014). Segundo informa Carmo (2017, apud LIMA, S.O.; LIMA, S.V., 2016), a mãe de santo recebera a alcunha de Mãe Joquinha do Pontal, sobretudo no cenário religioso teresinense, devido a localização espacial de sua tenda de fé. O pontal faz referência à formação originada no encontro dos dois principais rios piauienses, no bairro Poti Velho.

Anos após sua fundação e diversos adeptos depois, o centro religioso se converteu em um local de confluência da fé afro-religiosa, através da constante visitaçao e migração de pessoas, dentre curiosos e religiosos. Sob mentoria da Mãe Joquinha do Pontal, diversos filhos e filhas de santo foram expandindo os limites físicos da Tenda Espírita Santa Bárbara, fundando seus próprios terreiros em outras áreas da cidade

e, desse modo, manipulando a conformação da paisagem urbana ao conceberem outros núcleos da fé umbandista em Teresina (LIMA, S.O., 2014).

Ainda sobre o surgimento dos cultos de origens africanas na cidade, outro nome que ganha destaque é o de Maria Silva Lima, praticante do terecô; expressão religiosa também identificada como Encantaria de Barba Soêra ou Bárbara Soeira (FERRETTI, 2011); e afamada como Maria Piauí. A mãe de santo tornou-se conhecida no Estado após a fundação de um terreiro na cidade maranhense de Codó no ano de 1948, sendo reconhecida na difusão da umbanda no Maranhão e outras religiosidades de matrizes afro-indígenas⁴, ao cruzar traços do terecô codoense com as práticas do Tambor de Mina (FERRETI, 2011).

Segundo a ritualística das religiões de matrizes afro-indígenas, os terreiros possuem “fundamentos”, isto é, uma associação de símbolos culturais e religiosos essenciais ao ato da fundação do centro de fé, e por isso pensar a implantação e a remoção desses espaços levantam narrativas complexas. Na lógica das práticas de terreiros, para os adeptos e adeptas das religiões, esses locais podem ser considerados “verdadeiros microcosmo da terra ancestral”, ou seja, do continente africano, mas só são firmados enquanto lugar de culto após sua consagração (BASTIDE, 2001 apud CARMO, 2017). Considerando a apropriação das margens dos rios na região Norte de Teresina como espaço de assentamento do terreiro, e entendendo a dimensão espiritual relacionada no ato de seu firmamento, identifica-se similaridade na prática de algumas etnias africanas ainda em seu continente de origem, ao considerar a religiosidade no momento de fixação de uma comunidade em dada área.

Determinadas nações da África, antes de se estabelecerem em algum local, iniciavam o plantio de uma muda de árvore sagrada para seus ancestrais, apreendendo o rigor também metafísico que a assimilação de um terreno por aquele povo compreendia. Entendia-se que a ancestralidade, representada pelos espíritos dos desencarnados, se expressava como um direito anímico sobre o solo. Uma vez que era na agricultura onde se concentrava a principal atividade das comunidades,

⁴ O termo “afro-indígena” se ampara na literatura de Marcio Goldman (2003, 2014), interseccionando as culturas africanas e indígenas, manifestadas nas experiências de comunidades quilombolas e povos originários. Sua aplicação ajuda a explorar as dinâmicas de identidade e resistência entre afrodescendentes e indígenas no Brasil, especialmente na relação com o Estado e políticas de reconhecimento. Essa noção também analisa as práticas culturais e espirituais dessas comunidades, destacando o papel na formação das suas identidades e na resistência às imposições coloniais e à marginalização histórica.

o enraizamento e desenvolvimento do vegetal simbolizava a aceitação da terra pela espiritualidade (PANTOJA, 2011 apud PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

Fundamentado na simbologia que os povos africanos tinham com suas divindades, cujas benções deveriam marcar a terra onde o povo se instalava, pensar o assentamento das comunidades afro-religiosas em terras tupiniquins passa também pela compreensão de benção do solo brasileiro. Isto posto, os terreiros, cuja imagem representa a compreensão do povo negro para com o Brasil, foram sendo instituídos para além dos limites da cidade, fundando também pequenas comunidades, e quase sempre em mata fechada (PACHECO JÚNIOR E MEDEIROS, 2019).

À vista disso, compreendendo que o processo de segregação socioespacial se estendia às práticas e espaços de culto religioso afro-brasileiro, durante a fase de planejamento da nova capital, as comunidades de terreiros estabeleceram territorialidades em outras áreas da cidade, ainda que, devido aos processos de urbanização, porventura muitas acabassem retornando à zona norte, região entendida como de “bairros populares” (CARMO, 2017).

Por outro lado, o processo de concepção das representações divinizadas incorporadas em uma egrégora religiosa, ao passo que respaldam a cosmovisão do religioso, também derivam das experiências sociais, individuais e coletivas. As entidades, ao serem concebidas enquanto produto social, representam a síntese do ser humano com o meio ambiente, materializadas na imagem do que se busca dar sentido através do campo espiritual. Nesse sentido, o caráter que elas adquirem deve ser considerado quando da assimilação de um lugar enquanto território social de uma comunidade. Assim, o assentamento de muitos terreiros nas matas e próximos às águas da zona Norte, além de se justificar ora nos processos de gentrificação das áreas centrais da cidade, ora nas perseguições exercidas por autoridades civis e lideranças religiosas católicas do período, derivou também dos do culto à natureza deificada.

4. Povos de terreiros e a cidade: “Povoada, quem falou que eu ando só?”⁵

A produção da cidade contemporânea, via de regra, reforça e efetiva os processos de marginalização socioespacial e de gentrificação das suas zonas mais

⁵ Trecho retirado da canção “Povoada”, de Sued Nunes, lançada no álbum “Travessia” de 2021. O trecho foi inserido em título pois alude à legião espiritual que antecede, que guia e que abençoa as comunidades de terreiros, dada a simbologia metafísica das religiões e sua importância a ser considerada no trato de políticas públicas.

infraestruturadas. As diferenças no direito de acesso ao “lócus” urbano por grupos sociais distintos, descreve o processo de fragmentação das classes sociais em diferentes nichos sob uma perspectiva econômica e social, predefinindo qual espaço do perímetro urbano à cada um diz respeito. Essa problemática é fortalecida pelo mercado de terras e pela incorporação imobiliária, conduzindo determinados grupos sociais a se acomodarem nas periferias do espaço urbano (CORRÊA, 1995).

Por “modernidade” entende-se o processo de embelezamento dos marcos urbanos, representados nas figuras dos monumentos públicos, áreas verdes e edifícios referência, além de empreendimentos habitacionais e da construção e alargamento da malha viária. Essas alterações, via de regra, indicam mudanças nas relações entre a sociedade e o espaço transformado, a serem assimiladas conforme o papel social que cada indivíduo desempenha (SOUZA, 2021). No caso Teresina, as políticas de modernização e de urbanização desenvolvidas na capital, mormente entre os séculos XIX e XX (FAÇANHA, 1998), se amparavam em um discurso de higienismo social que, ao se refletir nas maneiras de ocupação e desapropriação dos espaços de religiosidade afro-brasileira, reverberaram na formação dos territórios sociais deixados aos povos de terreiros (CARMO, 2017).

Devido ao célere desenvolvimento urbano de Teresina e o consequente adensamento populacional ocasionado durante esse processo, na zona Norte, principalmente entre os anos de 1970 e 1980, os templos de fé negra foram sendo condicionados a se assentarem em territórios não reconhecidos na legislação urbana da cidade pela gestão municipal, apontados como irregulares pelo poder público. O que se apreende nesse cenário é a supressão da prioridade dada ao ambiente que proporcione dignidade à pessoa, com os povos de terreiros abdicando do direito à terra urbana hígida em detrimento da persistência de suas práticas culturais e religiosas, não raramente vitimadas por ofensivas civis e policiais. Tal fenômeno instiga, na década de 1970, organizações civis e políticas pela salvaguarda dos terreiros de umbanda e suas práticas, materializadas na construção das primeiras federações que visavam a institucionalização da religião (SOUZA, 2021).

Não por acaso, ao fim da década de 1960, através de políticas públicas municipais respaldas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PLDI de Teresina, a periferização foi sendo reforçada na edificação de conjuntos habitacionais distante dos centros formais e na definição de como e por quem os espaços das cidades

deveriam ser ocupados (SOUZA, 2021). Carmo (2017) ao citar Souza, R. A. (2012), aponta o contraste presente entre a quantidade de terreiros localizados na região central de Teresina durante os primeiros anos de presença da religiosidade de matriz africana na cidade e o número remanescente de terreiros localizados nessa região. A atual distribuição geográfica dos templos foi condicionada pelo sistema segregacionista de construção da capital.

Isto posto, era durante o processo de expansão do tecido urbano da cidade que as comunidades tradicionais de terreiro regressavam à Barra do Poti⁶, lugar de reencontro entre os consagradores da fé de matriz africana em decorrência das políticas de urbanização da cidade (LIMA, S. O., 2015 apud CARMO, 2017).

5. Políticas habitacionais e carência de espaços de permanência e manutenção da memória afro-teresinense: uma reflexão

No panorama de urbanização de Teresina, sob responsabilidade da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), as atividades na área de produção habitacional e saneamento básico promoveram uma expansão horizontal significativa do tecido da cidade. Durante os 20 anos que se sucederam entre as décadas de 1960 e 1980, diversos conjuntos habitacionais foram erguidos nas franjas urbanas teresinenses, à exemplo dos conjuntos Itararé, Saci, Mocambinho e Parque Piauí (LIMA, A. J., 2010).

Nesses conjuntos de Habitação de Interesse Social (HIS), enquanto parte do plano urbanístico, igrejas cristãs católicas foram sendo implantadas como parte de um projeto de adensamento populacional. Por outro lado, ao considerar a situação dos terreiros:

cuja arquitetura não ocupa praças centrais de bairros e/ou conjuntos/residenciais, a institucionalização de espaço público, feita, por vezes, pelo próprio Estado, para templos da igreja católica, prática histórica da sociedade brasileira, demonstra a valorização de uma expressão de religiosidade em detrimento de outras, nesse caso, das casas de culto afro-religiosos (CARMO, 2017, p.108).

⁶ A Barra do Poti diz respeito ao território que circunda o lugar de encontro dos rios Poti e Parnaíba, antes ocupada por diversos povos indígenas, dentre eles, os Potis (Chaves, 1998). Após a chegada do bandeirante Domingos Jorge Velho, diversas comunidades indígenas foram sendo extinguidas, fazendo com que os sobreviventes buscassem resistir junto aos fazendeiros da localidade, formando assim a antiga Barra do Poti, hoje chamada de bairro Poti Velho.

No Brasil, o campo religioso congrega diversas manifestações religiosas, que passem entre expressões culturais indígenas, africanas, kardecistas, católicas, protestantes, judaicas e da “nova era” (PRANDI, 1996). Dados do censo de 2000 e de 2010 indicam o Piauí como o estado brasileiro com maior número de católicos no país, cumprindo uma porcentagem de 91,4% e 85,08%, respectivamente segundo cada levantamento. Na mesma pesquisa de 2010, 0,49% das pessoas entrevistadas declararam serem adeptas do culto umbandistas (IBGE, 2010).

Tal cenário, mesmo que resgatado da história, ainda se faz pertinente na contemporaneidade, em razão de que, ainda nos empreendimentos habitacionais atuais, as expressões da religiosidade afro-teresinense continuam invisibilizadas. Frente a isto, é notável nos residenciais erigidos pelo poder e a partir de políticas públicas de habitação, nos planos estadual e federal, a reserva de estabelecimentos para fins religiosos, especialmente cultos protestantes evangélicos (CARMO, 2017). A construção de um imaginário predominantemente católico na cidade de Teresina reverbera no lugar deixado às religiões de matrizes afro-indígenas, refletida inclusive no número de produções científicas acerca dos impactos da ancestralidade africana e seu universo religioso na construção da paisagem urbana e cultural das cidades brasileiras.

Para agregar à discussão em desenvolvimento e auxiliar no entendimento da relevância das práticas de terreiros na região Norte da capital piauiense, aqui se insere trecho da fala do pai Flávio de Ogum, chefe de terreiro e sacerdote da umbanda e candomblé em Teresina, para Carmo (2017, p.109): “a quantidade de igrejas [católicas] não chega aos pés do número de terreiros. A diferença é que as igrejas estão nas avenidas e os terreiros no fundo dos quintais”. O argumento apresentado lança novo olhar sobre o ideário popular de hegemonia dos templos de fé católica na cidade.

Tecendo paralelos com as práticas de fé cristã supracitadas, ao se facear o processo de remoção compulsória acometido por algumas comunidades tradicionais de terreiros na segunda fase do Programa Lagoas do Norte, percebe-se uma dimensão mais grave à medida que se reconhece a relação de intimidade estabelecida com o espaço geográfico onde se assentam terreiros, diferentemente dos centros protestantes. Moradores das áreas contempladas no plano de intervenção do programa apontam o projeto de revitalização das lagoas do Norte como o responsável pela desapropriação do território e pela ameaça de remoção de cerca de 15 mil pessoas da região⁷.

⁷ CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. Carta à prof. ^a Raquel Rolnik. Teresina, 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2019/11/carta-Raquel-Rolnik.pdf>. Acesso em 30 Jul 2024.

Para conclusão da argumentação levantada e apresentação das reflexões acerca do Programa Lagoas do Norte e o impacto legado aos povos de terreiros da zona norte de Teresina, seguem incorporadas abaixo as tabelas quantitativas 01 e 02, de estabelecimentos de espaços de consagração da fé afro-teresinense:

	Casas de afro-religião na zona urbana teresinense	Casas de afro-religião na zona rural teresinense	Número total de Casas de culto afro-religioso em Teresina
Quantidade	223	21	244
%	(91,4%)	(8,6%)	(100%)

Tabela 01⁸ – Quantidade de comunidades de Terreiro de Teresina em zona urbana e rural, também indicado por porcentagem. Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados apresentados por Lima, 2014 (apud CARMO, 2017).

A tabela acima foi elaborada a partir de informações oferecidas pelo mapeamento das comunidades de terreiros em Teresina, apresentado à comunidade científica no ano de 2014 com a publicação do livro “Fiéis da Ancestralidade”. Idealizado pelo professor Solimar Lima, o livro entregou os números obtidos em parceria com o governo Estadual, representado pela Secretaria de Assistência Social (SASC), e a Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude, durante os anos de 2008 e 2009 enquanto parte do projeto Terreiros do Brasil, desenvolvido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Ao período, foram contabilizadas 244 comunidades de terreiro na cidade de Teresina. Desse número, 223 unidades estavam assentadas em área citadina, apontando o caráter urbano dos cultos de matrizes africanas em Teresina (LIMA, 2014 apud CARMO, 2017).

A tabela 02, ao caracterizar as práticas de terreiro afro-teresinenses, explicita o predomínio do culto umbandista na capital piauiense. Acrescenta-se ao dado apresentado a figura 02, a seguir:

⁸ Vale ressaltar que, devido as inevitáveis limitações de mapeamento, já na publicação desses primeiros quantitativos, as casas de culto afro-religioso em Teresina não puderam ser abarcadas em sua totalidade. Carmo (2017) apresenta a informação de que, à época, as comunidades de terreiro teresinenses, unidas ao poder público municipal, traçavam as diretrizes de um novo mapeamento dos terreiros da cidade. Considerando o tempo que decorreu entre a coleta de informações e a publicação da pesquisa tomada de referência, tanto os adeptos da fé de terreiro, quantos pesquisadores e pesquisadoras do tema, consideravam os valores como superados.

	Casas de fé umbandista		Casas de fé candomblecista		
Caracterização do culto	Umbanda	Umbanda e Quimbanda	Candomblé	Candomblé e Umbanda	Candomblé e Quimbanda
Quantidade	216	16	6	5	1
Total	232		12		

Tabela 02 – Caracterização das práticas do culto das comunidades de Terreiro teresinenses. Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados por Carmo (2017), cuja referência indicada é Lima, S. O. (2014).

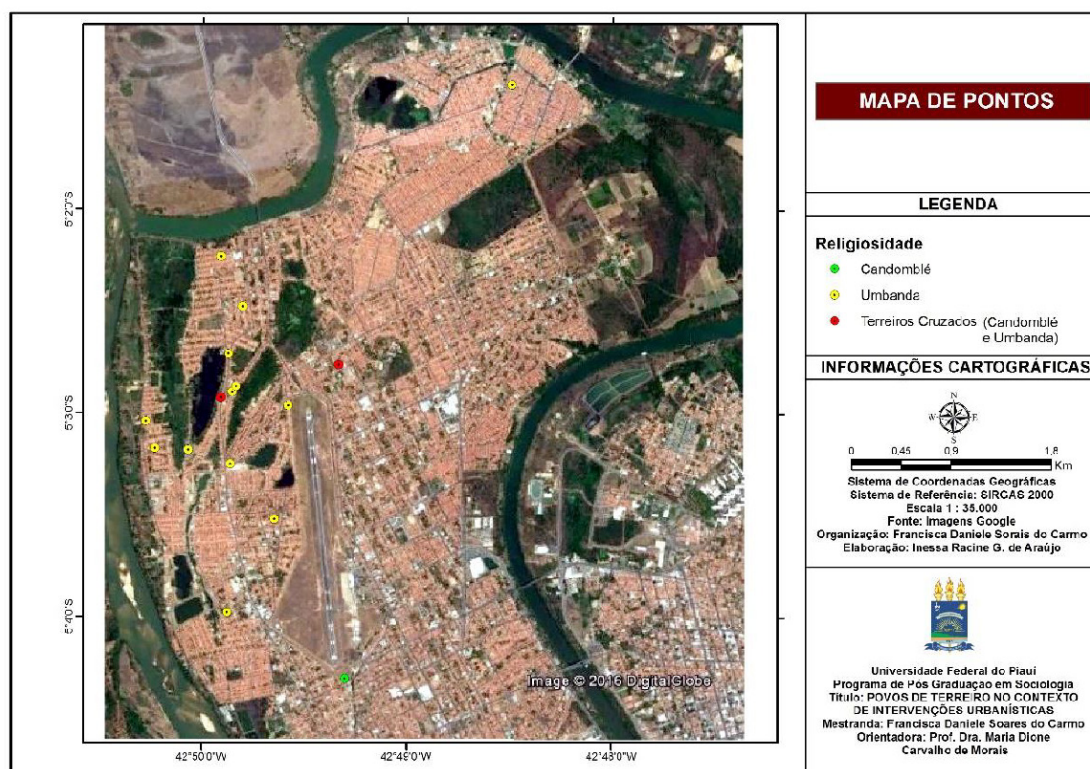


Figura 02 – Mapa etnográfico de terreiros localizados na região das Lagoas do Norte quanto à caracterização religiosa. Fonte: Elaborado por Inessa Raciane G. Araújo, abril de 2017.

6. Povos tradicionais e o Programa Lagoas do Norte

Silva (2023, p. 123 apud RIBEIRO, 2020) coloca: “a terra é historicamente essencial nas relações não apenas econômicas, mas também sociais”. No Brasil, durante o período anterior às reformas urbanas, a população de cor era condicionada a ocupar as margens das cidades, reforçando o discurso de periferização e segregação socioespacial cultuado pelos grupos dominantes. Ainda assim, no decurso da territorialização dessas franjas precarizadas e vulneráveis, a organização civil das classes

subalternas ia compondo espaços de resistência às investidas do Estado. Nesse sentido, faz-se mister a assimilação dos processos de planejamento urbano subversivos, ou seja, aqueles produzidos por grupos insurgentes que, via de regra, se opõem ao planejamento do Estado formal, buscando livrar-se dos sistemas de dominação e opressão comuns ao método oficial e universalista (SANDERCOCK, 1998).

“As religiões de matrizes africanas são, marcadamente, religiões territoriais” (CARMO, 2017, p.105). Ao propor estudos históricos, antropológicos e urbanísticos da religiosidade de origem africana, em especial acerca do estabelecimento de territorialidades exercidas pelos consagradores da fé negra, o espaço urbano ganha aspecto simbólico notável ao concentrar inúmeros centros umbandistas e candomblecistas, assim configurando um local, por excelência, de culto da afro-religião (CARMO, 2017).

Também a respeito do simbolismo que a terra adquire nas práticas da afro-religiosidade, seu significado é exposto dentro da própria comunicação ritualística. Ao sugerir expressões como “plantar terreiro” e fazer “assentamento”, as comunidades aludem às suas formas de apropriação do espaço, transformando-o em lugar, agregando significado afetivo e metafísico ao campo material (CARNEIRO, 2011). Além disso, ao edificar um terreiro em zona urbana, celebrar publicamente sua fé e/ou cumprir com obrigações de sua espiritualidade, aqueles e aquelas adeptos da religiosidade afrodescendente acionam diálogos profundos com o seu entorno, também espelhando na terra suas ritualísticas e sua imagem (CARMO, 2017).

Os povos de terreiros fazem da urbe um espaço social de religiosidade. Todavia, frente à literatura desenvolvida outrora nesta pesquisa, é evidente que o uso e a apropriação urbana por esses grupos étnico-religiosos faceiam dissensos na assimilação do território. Uma vez que, ao comportar realidades, ideias e vivências tão distintas, à cidade é natural que, ao passo que configure um espaço de comunhão de pessoas, também compreenda um território de conflitos e disputas.

Como referido anteriormente, a zona norte de Teresina concentra número grande de centros dedicados ao culto afro-religioso. Carmo (2017) abre discussão para as possíveis condicionantes que fizeram da região um dos principais polos de reunião desses espaços, ao ponderar que:

é provável que as condições físico/geográficas da região, além do processo de ocupação/povoamento e urbanização de Teresina, aliadas à especulação imobiliária na cidade, tenham

favorecido, no decorrer dos anos, o surgimento de templos religiosos nesta parte da cidade [...] O fato de ser banhada por rios e de ter/manter em seu território mananciais d'água e algumas reservas naturais, com a presença de áreas verdes, principalmente acompanhando o leito dos rios e lagoas na região, margeando-os, deve ter contribuído também para fomentar a fundação de casas de terreiros e/ou incentivar o deslocamento de Povos de Terreiro para essa região, sobretudo fugindo da perseguição policial e “empurrados” no processo de expansão da urbanização da cidade. (CARMO, 2017, p.166 -167).

As estratégias de desterritorialização promovidas legalmente em programa municipais de modernização da capital nas áreas de assentamento de terreiros se inicia em tempos idos, mas soma também na atualidade – sobretudo a partir do ano de 2008 – intervenções urbanísticas graves (CARMO e COELHO, 2014), e aqui será aberto espaço para desenvolvimento acerca do PLN⁹ e sua incidência nos territórios sociais das comunidades de terreiros ao Norte de Teresina.

1. Lagoas do Norte para quem?¹⁰: o caso Praça dos Orixás

O Programa Lagoas do Norte, enquanto parte do Programa de Empréstimo Municipal Brasil – Umbrella APL, é uma parceria que pressupõe a solução, em médio e longo prazo, de obstáculos urbanísticos que acometem o norte de Teresina, sendo eles de natureza habitacional, social, cultural, econômica, ambiental, estrutural e sanitária. O programa, executado pela Prefeitura Municipal de Teresina, é composto por três componentes básicos – I. Modernização da Gestão Municipal, II. Requalificação Urbana e Ambiental, III. Desenvolvimento Econômico e Social – e recebe suporte financeiro do Banco Mundial, tendo como objeto de investimento 13 bairros¹¹ da zona norte da capital, os formadores da grande região denominada de Lagoas do Norte (TERESINA, 2008).

⁹ A justificativa de salvaguarda do patrimônio ambiental descrita pelo PLN, e que fundamenta parte dos reassentamentos involuntários na região, dizia respeito aos avanços das moradias sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP), nesse caso as margens de 9 lagoas existentes na ZN de Teresina, afetadas há décadas pela ação antrópica e descarte inadequado do sistema de tratamento de esgoto. Além disso, alguns imóveis a serem removidos, conforme Marco de Reassentamento Involuntário de Famílias (2014), deveriam abrir espaço para obras de reabilitação dos sistemas de macrodrenagem, além de intervenções para requalificação urbana e melhoria do sistema viário.

¹⁰ Grupo de articulação comunitária criado em defesa da permanência no território, que fizeram o movimento “Lagoas do Norte Pra Quem?” visando impedir a efetivação do reassentamento involuntário promovido pelo Programa Lagoas do Norte que previa a remoção de cerca de 15 mil pessoas durante todo o Programa.

¹¹ Segundo Teresina (2014), os 13 bairros foram divididos em quatro áreas de intervenção e agrupados com referência às bacias hidrográficas regionais: Área 1, “Canal do Pe. Eduardo” (bairros Acarape, Matadouro, Parque Alvorada e São Joaquim); Área 2, “Lagoas dos Oleiros – São Joaquim” (bairros Nova Brasília, Poti Velho, Mafrense e Olarias); Área 3, “Alto Alegre – Aeroporto” (bairros Alto Alegre, Itaperu e Aeroporto), e Área 4, “São Francisco e Mocambinho” (bairros São Francisco e Mocambinho).

Devido às ações de reordenamento urbano nas áreas entendidas como de “preservação”¹², o corpo do programa resguarda a ocorrência de reassentamentos involuntários e remoção compulsória de comunidades, devido à programática que relaciona a implantação de obras de melhoramento urbano e salvaguarda do patrimônio ambiental. Também a esse respeito, na segunda fase de intervenção do Programa Lagoas do Norte (II), o programa recebeu do Banco Mundial a classificação de Categoria Ambiental A1 (TERESINA, 2014).

A nova categorização implicou o cumprimento de requisitos estabelecidos pelo Banco Mundial, sendo assim, algumas políticas operacionais e de proteção foram acionadas, citam-se: 1. Avaliação Ambiental; 2. Habitats Naturais; 3. Reassentamento Involuntário; 4. Recursos Físico-Naturais (Proteção ao Patrimônio Cultural) e 5. Segurança de Barragens. Além disso as diretrizes legais e institucionais padrões à execução de empreendimentos urbanos de grande escala, como este (TERESINA, 2008; 2014).

À época, enquanto empreendimento de âmbito cultural e parte das ações contempladas pelo Programa Lagoas do Norte, a gestão pública municipal anunciava algumas intervenções que representariam marcos simbólicos importantes ao resguardo da cultura religiosa afrodescendente¹³ da região, além da proteção dos saberes culturais tradicionais da prática oleira e – conforme colocado por documento a respeito do programa – outras “atividades correlatas”, de natureza artesanal, ainda que não especificadas. Nesse contexto surge a proposta da polêmica “Praça dos Orixás” (figuras 03 e 04), um espaço definido pelo programa como local de representatividade religiosa das práticas de terreiros da região e um exemplo das intervenções que concebem a dimensão cultural proposta pelo projeto.

¹² O reconhecimento dessas áreas enquanto espaços de preservação ambiental parte da gestão pública municipal.

¹³ Nesse contexto, o programa referia-se aos cultos da Umbanda e do Candomblé.



Figura 03 – Vista aérea com indicação da Praça dos Orixás, erguida na Rua Jardim Borralho, no bairro São Joaquim, às margens do Canal Padre Eduardo, que conecta os bairros São Joaquim, Matadouro e Olarias. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem obtida no programa Google Earth Pro (2024).



Figura 04 – Praça dos Orixás com enfoque nas estatuetas dos orixás dispostas sobre a água da lagoa, somam-se às estatuetas mais 5 representações de entidades e linhas de trabalho da Umbanda/Candomblé dispostos em terra. Fonte: Acervo do autor, 2024.

A Praça dos Orixás, no panorama cultural de espaços públicos teresinenses, tem como marcador as estatuetas representativas dos Orixás. Seguindo disposição atual ilustrada na figura 04, elas representam, sob o espelho d'água (da esquerda para a direita): Oxóssi, orixá das matas; Omulu (escultura faltante), orixá da cura e da enfermidade; Nanã, orixá primeira, da terra úmida e lamacenta; Oxum, orixá das águas



Figura 05 – Destaque para placa de identificação da estatueta de Ogum, orixá da guerra, que junto à estátua de Exú marcam a proteção da “entrada” da praça. Fonte: Acervo do autor, 2024.



Figura 06 – Destaque para placa de identificação da estatueta de Exú, orixá dos caminhos, que junto à estátua de Ogum marcam a proteção da “entrada” da praça. Fonte: Acervo do autor, 2024.

doces; Iemanjá, orixá dos mares e oceanos; Oxalá, orixá da criação; Iansã, orixá dos ventos e tempestades; e Xangô, orixá dos trovões e pedreiras. As esculturas dos orixás Ogum e Exú, em terra, marcam o acesso principal da praça (figuras 05 e 06). Além deles e dispostos segundo os três vértices de um triângulo, a representação da tríade da Umbanda: um casal de Pretos-Velhos, pai João e mãe Maria; um casal de Erês, Cosme e Damião; e um casal de caboclos, representados pelo caboclo das Sete Encruzilhadas e cabocla Jurema.

O processo de concepção da praça não foi linear. O primeiro produto, antes mais inclinado às *diretrizes* candomblecistas segundo reconheceu a arquiteta Karine Tito¹⁴, profissional à frente do projeto, passou por modificações de modo a tecer maior diálogo com o culto da umbanda, maioria nas práticas afro-religiosas da região Norte da cidade, conforme desenvolvido outrora neste artigo.

Realizada a primeira apresentação à comunidade em novembro de 2015, o desenho do produto passou por deliberações e readequações em cooperação com

¹⁴ Salienta-se que, diferente do veiculado por representantes da PMT à época do projeto, a arquiteta responsável pelo empreendimento não possuía qualquer formação profissional que se costurasse às religiões de matrizes afro-indígenas, apenas simpatizando com algumas expressões umbandistas e candomblecistas (CARMO, 2017).

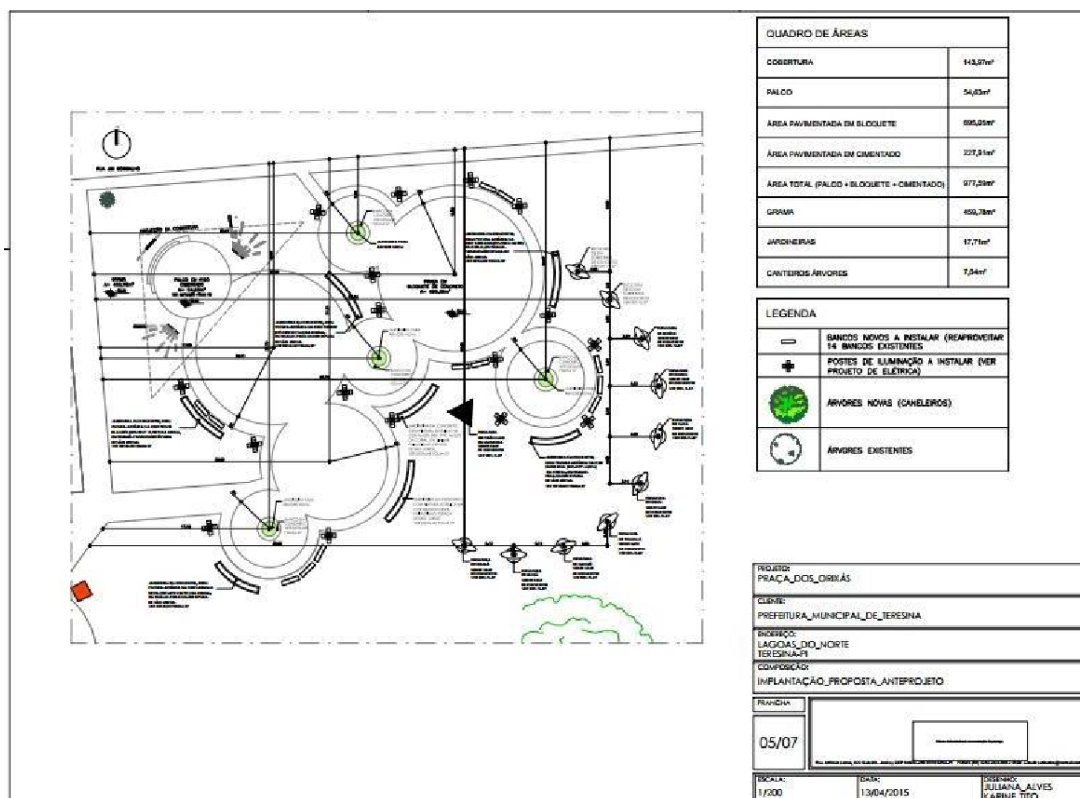


Figura 07 – Prancha executiva do projeto da Praça dos Orixás. Fonte: PMT, 2016.

comunidades de terreiros da região. As modificações, em síntese, estiveram relacionadas ao acréscimo e locação das esculturas dos orixás, antes dispostas de maneira “aleatória” pelo perímetro da praça. O produto final (figura 07), ainda à título de projeto executivo, foi selado em abril de 2016 através de reunião pública realizada no prédio da administração do Parque Linear Lagoas do Norte, localizado no bairro Matadouro, com as alterações demandadas pelas famílias de santo que participaram do processo de planejamento do equipamento (CARMO, 2017).

Assim sendo, a decisão final da Praça dos Orixás fez um total de dez estátuas¹⁵ produzidas em aço, alusivas às divindades, dispostas em semicírculo como referência ao xirê¹⁶ dos orixás, ora em água, ora em terra, seguindo o fundamento e imagética de cada entidade. As representações deveriam seguir a ordem: Exu, Ogum, Oxóssi e Omulu em terra; Nanã, Oxum e Iemanjá sob o espelho d’água; Xangô; Iansã e Oxalá em terra.

Somando às representações em chão firme, também seis estátuas de entidades de incorporação e de trabalho foram agregadas ao projeto final: o casal de Pretos-Ve-

¹⁵ Estátuas confeccionadas pelo artista plástico Luiz Pereira da Silva.

¹⁶ Vocábulo em iorubá que designa a cerimônia onde os orixás dançam em grande roda. Mais comum no candomblé, o termo é empregado para chamar o círculo onde dançam filhos e filhas de santo. Na umbanda corresponde à gira.

lhós, o de Erês e o de Caboclos. O acréscimo cumpria com solicitação levantada pelos povos de terreiros que requeriam maiores referências do culto umbandista. Além disso, na paginação do piso onde se instalariam os casais de entidades, um triângulo deveria ser marcado em representação à tríade da Umbanda. Ainda em 2016, durante reunião, pais e mães de santo definiram adicionar, frente ao palco que existe no plano da praça, a figura de um ponto riscado com o símbolo de Salomão.

Nas áreas contempladas pelo Programa Lagoas do Norte, os centros de culto afro-religioso localizavam-se, em sua maioria, no eixo composto pelos bairros São Joaquim (07 casas), Mafrense (06 casas), Parque Alvorada (04 casas) e Nova Brasília (03 casas). A esse valor somam-se terreiros assentados nos bairros Poti Velho, Vila São Francisco, Mocambinho, Matadouro, Itaperu e Aeroporto¹⁷ (CARMO, 2017).

A Praça dos Orixás, nesse contexto de desapropriação e reassentamento elaborado, pode até se fazer parecer uma homenagem justa a essas religiões, sendo ainda a terceira praça brasileira e a segunda nordestina a produzir referência tão importante à cultura negra ancestral¹⁸. Todavia, dado o contexto truculento das remoções involuntárias das comunidades e significativa resistência popular à ameaça territorial estabelecida pelo programa, a ação intervencionista é questionada.

Conforme citado e reiterado anteriormente neste trabalho, as expressões culturais de base afro-brasileira não somente se relacionam profundamente com os marcadores físico-geográficos do local onde se desenvolvem, antes também se estabelecem a partir de aspectos que beneficiam suas práticas. Assim, ao desapropriar comunidades e realocar pessoas, o Programa Lagoas do Norte altera a paisagem urbana e enfraquece espaços “geossimbólicos”, ao passo que mitiga práticas, saberes e formas de viver locais, comprometendo manifestações identitárias do local (CARMO, 2017).

¹⁷ Os números e identificação das casas de cultos afro-religiosos nas áreas de alcance do PLN aqui indicados, em suma, foram obtidos em pesquisa de campo e buscas independentes desenvolvidas e publicadas na dissertação de mestrado “POVOS DE TERREIRO NO CONTEXTO DE INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS (Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN)” defendido por Francisca Daniele Soares do Carmo no ano de 2017 e tomado como uma das principais referências nesta pesquisa, ao discorrer sobre os povos de terreiros e a produção de cidade.

¹⁸ As outras homenagens à fé afro-religiosa materializadas enquanto produto arquitetônico-urbano-paisagístico citadas são o Dique do Tororó, ponto turístico em Salvador -BA, e a Praça dos Orixás, de Brasília - DF, considerada um dos cartões postais da cidade. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Dique do Tororó resguarda oito esculturas de orixás flutuando no espelho d'água. Assinadas pelo artista plástico Tatti Moreno, elas representam Oxum, Ogum, Oxóssi, Xangô, Oxalá, Iemanjá, Nanã e Iansã.

Já a Praça dos Orixás, em Brasília, é detentora de 16 estátuas representativas dos orixás, cuja autoria também pertence ao artista plástico baiano Tatti Moreno. Nela encontram-se Exu, Oxalá, Ogum, Oxóssi, Oxum, Oxumaré, Xangô, Iansã, Iemanjá, Nanã, Omolu, Logunedé, Obá, Ossain, Yewá e Ibeji.

É de referir que, acionada pelo PLN II em cumprimento com a política de salvaguarda descrita pelo Banco Mundial, a Praça dos Orixás configurou parte das “intervenções físicas e culturais” do projeto, sendo esta elencada no componente 3 do programa, que se refere ao “Desenvolvimento Econômico e Social nas Lagoas do Norte”.

A supressão cultural acarretada pelas interferências do programa já era reconhecida pelos próprios gestores. Em declaração pública, um representante do Comitê Lagoas do Norte revelou o registro, ainda na primeira fase do programa, de uma “perda da identidade cultural da região Norte da cidade”, sendo expressa, consoante Carmo (2017, p.209), “na remoção de barracões de grupos de Bumba Meu Boi, e na possibilidade de algumas comunidades de terreiro, em virtude das obras do programa, serem removidas/desapropriadas.” Assim, considerando a amplitude do projeto e o grande número de templos afro-religiosos na região, o Comitê conferiu pertinência às estratégias de “resgate”¹⁹ da cultura regional, uma vez que, ao incidir sobre a paisagem cultural da cidade, seriam nas comunidades locais e na população teresinense que os ônus do programa recairiam.

Entretanto, o projeto da praça apresentou dissensão desde sua gênese, com um dos pontos de conflito no que referiu a própria disposição das estátuas em homenagem aos orixás cultuados nas religiões de matrizes africanas, sendo repensados os posicionamentos diversas vezes até a elaboração do produto final que, ainda assim, não denotou consenso entre alguns adeptos da fé. Essencialmente devido a forma como o projeto foi concebido, desenvolvido e apresentado aos Povos de Terreiros de Teresina, a praça dos orixás evidenciou:

no mínimo, o controle e o não reconhecimento do Estado da autonomia religiosa, cultural e territorial de Povos de Terreiros. Ao tentar instituir espaços públicos como locais de memória e celebração de religiosidades de matrizes africanas e indígenas, traços da herança colonial que lembram relações de poder e lugares de determinadas raças e classes sociais no Brasil emergem nos modelos de gestão pública. O racismo, a violência e a intolerância étnico-religiosa, muitas vezes “mascarados” em discursos de “empoderamento” e de “participação social”, continuam a fazer parte da cultura política do país, estando presentes na formulação de políticas públicas (CARMO, 2017, p.237).

¹⁹ O termo “resgate”, utilizado pelo Comitê Lagoas do Norte, pode sugerir uma visão fixa da cultura, ignorando sua natureza dinâmica e adaptável. Para Sahlins (1997), esse “pessimismo sentimental” obscurece a capacidade da cultura de se reinventar ao integrar novas influências, ainda que preservando sua essência. Assim, ao contrário de resgatar ou conservar, ele propõe que é necessário compreender e valorizar o modo como as identidades culturais evoluem e se transformam ao longo do tempo, incorporando novos elementos de maneira significativa.

Ocasionalmente referida como “Praça dos Marginalizados”, o projeto ficou reconhecido entre as comunidades de terreiro da região como apenas uma construção compensatória ao processo de desterritorialização promovido com o Programa Lagoas do Norte II e ao abandono do Estado àqueles que consagram a fé afro-religiosa em Teresina (CARMO, 2017).

Em conclusão, a Praça dos Orixás materializou o tratamento dado às expressões culturais “subversivas” pelos gestores municipais. Posto que os povos de fé de base tradicional só foram enxergados quando seus espaços foram adentrados e retirados, faz parecer quase impossível planejar a construção de um espaço para usufruto da sociedade que congrega a afro-religiosidade apartado das investidas do Estado e seus mecanismos de desapropriação territorial e remoção involuntária. Assim, é nos levantes insurgentes que ressoam o bradar de um povo que se relaciona profundamente com as tradições e costumes ancestrais, de vínculo profundo com o solo e com o meio ambiente - categoricamente pela prática religiosa da natureza animista e deificada.

7. Considerações finais: o Tempo é a casa que cresce, sem fim nem começo

O artigo desenvolvido trata do universo multifatorial que compreende a cidade, aqui trabalhado a partir da concepção dos territórios sociais das comunidades de terreiros da zona Norte de Teresina, segundo a imagética sagrada afro-religiosa. O trabalho apresenta, respaldado em literaturas sobre o tema, dados a respeito da trajetória das comunidades de terreiros na cidade, resguardada a relativa escassez de produções científicas acerca dos reflexos da herança africana e sua mundividência, a partir da abordagem religiosa, na conformação da paisagem urbana e cultural das cidades brasileiras, além da alteração dos fatos na produção da “história oficial”.

Nesse sentido, o desenvolvimento deste material principia com um ensaio acerca da dimensão da memória coletiva enquanto ferramenta de organização social, no trabalho de manutenção cultural através da perpetuação da história, cultura, tradição e elementos de afirmação identitária de um povo. É sugerido um olhar crítico ao se revisar as formas de documentação da história, materializada nas construções e na organização espacial de um lugar, sugerindo reflexões sobre o passado e o presente. Ao passo que foi sendo influenciada por grupos dominantes, a construção do imaginário

popular segundo os estereótipos e o demérito às contribuições de grupos de baixa representatividade sócio-política serviu como instrumento de controle e domínio intelectual de um grupo sobre outro. E se o espaço urbano e o tecido social contemporâneos refletem as dinâmicas sociais e raciais estabelecidas no decurso da história, é crucial considerar a partir de que mãos os registros históricos foram produzidos.

O território social, mais do que um simples suporte físico aos assentamentos humanos, é produto das interações sociais ali estabelecidas, manipulado segundo os desafios e necessidades das comunidades que o habitam, relacionado às subjetividades e relações de poder e de pertencimento. À vista disso, nesse segundo momento, propondo um novo olhar para as leituras espaciais envolvidas nas etapas de construção da urbe, estruturou-se um referencial teórico-bibliográfico acerca dos fenômenos envolvidos no processo de concepção das cidades, entre as fricções e concordâncias instituídas – sobretudo no que tange os elementos que se costuram à assimilação territorial por um grupo social de práticas culturais marcantes e identitárias – e um estudo com foco na conformação da paisagem urbana a partir da sacralização de determinados espaços. Foram compreendidas as contribuições das comunidades negras diaspóricas e a manipulação do cenário das cidades segundo a imagética sagrada de suas religiões, produzidas na imagem dos quilombos e terreiros.

Nessa ocasião, abrindo caminho para a aproximação ao objeto de estudo primordial, inicia-se uma fundamentação histórica relativa ao estabelecimento da afro-religiosidade em Teresina, especialmente na zona Norte, com atenção para as tentativas de marginalização histórica da religião e as estratégias de resistência e disseminação desenvolvidas pelos consagradores dessa fé. O assentamento dos terreiros de umbanda e de candomblé, para além do contexto de apagamento e perseguição, lançam efeito aos estudos acerca da compreensão das entidades divinizadas em egrégoras afro-religiosas e a apropriação dos territórios sociais dos terreiros, sugerindo a ocupação das zonas ribeirinhas e vegetadas da cidade como método de continuidade da herança africana e de preservação das tradições no culto à natureza deificada.

Ainda refletindo sobre urbanização com base nos elementos e referências a serem considerados quando do desenvolvimento de planos e estratégias socioterritoriais que contemplem as comunidades de terreiros, são produzidas análises das políticas habitacionais lideradas pela COHAB-PI entre as décadas de 1960 e 1980, na construção de conjuntos residenciais nas periferias da cidade com espaços

reservados à edificação de centros religiosos cristãos. Tratando de legislação urbana e diretrizes de expansão e melhoramento da cidade, o Programa Lagoas do Norte é apresentado, evidenciando os efeitos do projeto sobre territórios sociais de comunidades afro-religiosas na zona Norte de Teresina. Dividido em três componentes principais – modernização da gestão municipal, requalificação urbana e ambiental, e desenvolvimento econômico e social – o programa, ao sugerir ações de reordenamento urbano nas “zonas de preservação”, promoveu reassentamentos involuntários e remoções compulsórias de comunidades, incidindo diretamente em terreiros e famílias de santo dos bairros contemplados nas ações programáticas do plano.

Nesse contexto, surge a Praça dos Orixás, erguida no bairro São Joaquim como homenagem aos impactos do PLN sob locais de significação cultural. Enxergada como uma obra compensatória aos povos de terreiros da região, também insuficiente frente às desapropriações e inevitável perda cultural, esse marco arquitetônico-urbano-paisagístico instiga ponderações a respeito da maneira como políticas públicas incidem em territórios sociais. Com esse intuito, pautou-se as consequências dos recursos de desterritorialização e (re)territorialização dos espaços e povos de religiões de matrizes afro-indígenas, atendendo aos significados que os seus consagradores e as suas consagradoras atribuem às operações do programa e ressaltando o controle estatal sobre a autonomia cultural das comunidades religiosas afro-teresinenses, revelando traços do racismo estrutural, da violência e da intolerância étnico-religiosa contra grupos subalternos.

Referências

BARBOSA, Wilson do Nascimento. DaNbandla à Umbanda: Transformações na cultura afro-brasileira. *Sankofa (São Paulo)*, v. 1, n. 1, p. 7-19, 2008.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuições a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

O Candomblé da Bahia: rito Nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARMO, Francisca Daniele Soares. *Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas: Territórios sociais de religiosidade de matrizes africanas na zona norte*

de Teresina-PI. 2017. 317 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Recuperado em 22 abril, 2019, de <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1178>.

COELHO, Sâmia Suyanne. *Programa Lagoas do Norte de Teresina-Piauí: uma análise do processo de remoção e reassentamento de famílias*. 2014. 151f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

CARNEIRO, Leonardo Oliveira. O. Territorialidades Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro: considerações sobre o Candomblé e a Umbanda. *Revista de Geografia-PPGEO*, v. 1, n. 1, 2011.

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. *"Lagoas do Norte pra quem?"*. 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2019/11/carta-Raquel-Rolnik.pdf>. Acesso em: 30 Jul 2024.

CHAVES, Joaquim. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A. 1995.

COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (Ed.). *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, 1988.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. *A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FERRETTI, Mundicarmo. Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 16, p. 91-106, jul./dez. de 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/692>. Acesso em: 30 out. 2020.

Terecô, a linha do Codó. In: PRANDI, Reginaldo (org). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011. p. 59-73.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 46, n. 2, 2003,

GOLDMAN, Marcio. A relação afroindígena. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 23, n. 23, p. 213-222, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo das religiões do Brasil em 2000*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 Jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo das religiões do Brasil em 2010*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 Jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acesso em: 25 Mai. 2024.

JENSEN, Tina Gudrun. *Discurso sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização*. Revista de Estudos da Religião, 1 (2001): 1-21.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

LIMA, A. J. *Favela Cohebe: Uma história de Luta por habitação Popular*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, Solimar de Oliveira (Org.) *Fiéis da ancestralidade: comunidades de terreiros de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2014. 104p.

LITTLE, Paul. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia 322. Universidade de Brasília, 2002.

PACHECO JÚNIOR, José Mário, MEDEIROS, Valério de. *Territórios Negros Brasileiros: O urbanismo de matriz africana em Codó (MA)*. In: 8º Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana - PNUM 2019 Forma Urbana e Natureza, 2019, Maringá. PNUM 2019: anais. Maringá: UEM, 2019. v. 1. p. 1002-1019.

PERRY, Keisha-Khan. Espaço urbano e memória coletiva: o conhecimento de mulheres negras em lutas políticas. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) *Questões urbanas e racismo*. Rio de Janeiro: DP et Alli & Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 151-167, 1998.

RESENDE, Luciana Lelis. *A Relação entre o Sagrado e o Profano na Paisagem Urbana: a Igreja Católica e a Umbanda como agentes atuantes na paisagem urbana*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Escola de Arquitetura, UFMG. 2015.

SAHLINS, Marshall. 1997. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". *Mana* 3(1): 41-73 e (2): 103-150.

SANDERCOCK, Leonie. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: *Making the Invisible Visible A Multicultural Planning History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p. (Coleção Milton Santos)

SILVA, Camila C. Relações espaciais e raciais no passado e no presente: Algumas reflexões. *Revista Thésis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 131-144, dez. 2023.

SOUZA, Ariany Maria Farias de. *SANTOS MARGINALIZADOS: espaços e significados dos terreiros de Umbanda no processo de urbanização de Teresina na década de 1970*. Orientador: Regina Weber. 2021. 188 f. Tese (Doutorado em história) - Universidade federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240003?show=full>. Acesso em: 25 Jul 2024